

# Livro de Resumos | X Congresso Português de Sociologia

---

10-12 de Julho de 2018, Universidade da Beira Interior, Covilhã

## Ambiente e Sociedade

### XAPS-10710 -**Modelos de Gestão Participada: O caso da ZPE das Berlengas**

Alexandre Vaz (1); Carlos Pereira da Silva (1); Catarina Fonseca (1)

1- CICS.NOVA, FCSH Universidade Nova de Lisboa

Comunicação Oral

Atualmente as boas práticas na gestão do território recomendam a substituição de modelos de governança top-down por outros que sejam capazes de incorporar o conhecimento, a sensibilidade e as aspirações daqueles que são mais diretamente afetados. No entanto, os modelos de gestão colaborativa podem servir também a cooptação de interesses e a legitimação de medidas que decorrem de sistemas de decisão hierárquicos e verticais. A gestão de áreas protegidas recomenda o envolvimento das comunidades locais e dos principais afetados na elaboração dos planos de gestão e na implementação de medidas no terreno. Esta estratégia permite encorajar soluções integradas que não comprometam as expectativas das populações, favorecendo a identificação com os objetivos de conservação e maximizando assim as suas hipóteses de sucesso.

Ao largo de Peniche, as Berlengas são um arquipélago de pequenas dimensões e sem habitantes em permanência. Este trabalho, integrado no projecto Life Berlengas, propunha-se identificar e avaliar não só as oportunidades e constrangimentos decorrentes da Zona de Proteção Especial (ZPE) e a forma como são percecionados pelos diferentes stakeholders mas constituir também uma forma monitorizar o sucesso das estratégias de planeamento participado. Realizaram-se 19 entrevistas semi-estruturadas a pescadores, mariscadores, operadores e a diferentes instituições cuja área de influência inclui a Reserva Natural das Berlengas. Aqui, como quase sempre, existe uma diferença entre as oportunidades e constrangimentos reais e a forma como são percecionados e internalizados pelos diferentes atores.

Verificou-se que, os contornos da ZPE e do seu plano de gestão, ainda não são totalmente claros para a comunidade mais diretamente afetada e existe ainda desconhecimento e alguns equívocos relativos aos seus objetivos. Foi ainda possível compreender que as relações potencialmente conflituosas intra-grupos são provavelmente mais disruptivas do que as tensões inter-grupos. Por outro lado, uma questão percecionada pela generalidade dos entrevistados como determinante para uma eficaz gestão da Reserva passa pela implementação de uma capacidade de carga. A incapacidade para o fazer até ao momento foi atribuída ao confronto entre os critérios que privilegiam a preservação de valores naturais e a garantia de regras de segurança por oposição a aspirações predominantemente economicistas que privilegiam uma sustentabilidade das empresas

### **XAPS-59435 -Desigualdades regionais no RSI, o que é que torna os Açores diferentes?**

Fernando Diogo (1); Marta Bulhões (2)

1- Universidade dos Açores, CICS.NOVA.UAc e CICS.UAc; 2- Doutoranda de Serviço Social (ISCTE-IUL)

Comunicação Oral

Através dos dados do IDEF pode-se observar que ao longo da vigência deste inquérito os Açores apresentam sempre a maior taxa de pobreza do país (por regiões NUTS II). No que respeita ao RSI os valores também são os maiores do país. Contudo, a comparação das taxas de pobreza com as taxas de beneficiários em percentagem da população residente colocam um problema adicional que é preciso responder. A Região tem, de longe, a maior percentagem de população residente com o estatuto de beneficiário do RSI no conjunto do território nacional, 7,5% em dezembro de 2016. Em contraste, o valor nacional situava-se nos 2% e a região seguinte com mais beneficiários, a de Lisboa, tinha 2,2%.

De facto, o valor dos Açores representa mais do que três vezes a média e é verdadeiramente singular no contexto nacional. Se a taxa de pobreza dos Açores se situa nos 148% da nacional, no caso do RSI, a taxa açoriana corresponde a 375% do seu equivalente para o conjunto do país.

Nesta comunicação, pretende-se recensear as possíveis razões que explicam a grande diferença entre os Açores e o resto do país e apresentar os resultados disponíveis que justificam essa diferença. Defende-se que estas razões estão associadas a algumas particularidades do funcionamento da economia açoriana, à estrutura familiar e à eficácia do aparelho de Ação Social regional.

Em termos teóricos, o trabalho é enquadrado por referências sobre os Açores de Rocha e Diogo, nacionais de Capucha, Diogo e Rodrigues, sobre o RSI e internacionais de Paugam sobre a pobreza.

Palavras chave: Pobreza; RSI; Estatísticas; Açores

### **XAPS-63114 -Pobreza e exclusão social na infância: proposta de alguns indicadores de análise**

Florbela Samagaio (1)

1- Escola Superior de Educação Paula Frassinetti/Instituto de Sociologia Universidade do Porto  
Comunicação Oral

Em Portugal, na viragem do milénio, a análise económica e sociológica dos fenómenos da pobreza e da exclusão social alarga-se à infância e à juventude. A realidade assim o exigiu e verifica-se um esforço no sentido de se construírem indicadores vocacionados para uma avaliação do bem-estar e da qualidade de vida dos mais jovens.

No início dos anos 1990 é apresentado o estudo pioneiro sobre a pobreza infantil de Manuela Silva, que abriu caminho para algumas tendências de investigação do fenómeno, verificadas em estudos mais recente, nomeadamente os de Bruto da Costa, Leonor F. Vasconcelos, Nuno Alves,